

III - valer-se do concurso de pessoas de reconhecida competência;  
IV - por conselheiros e pessoal técnico;  
V - por suplentes e conselheiros;  
§2º - Os componentes das Comissões serão nomeados pelo Presidente;  
§3º - Os pareceres das Comissões serão apreciados, discutidos e votados em sessão do Conselho;  
§4º - No caso de rejeição do parecer será nomeado novo relator que emitirá o parecer retratando a opinião dominante do Conselho;  
§5º - Os pareceres aprovados pelo Conselho Municipal poderão ser transformados em resolução.

#### SEÇÃO IV DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

**Art. 26** - Serão criadas, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Câmaras Setoriais temáticas, de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, de caráter permanente ou temporário, formadas por membros titulares, suplentes e convidados.  
§1º - As Câmaras Setoriais serão compostas por 01 (um) Presidente, 01 (um) relator e 02 (dois) membros, tendo as funções de elaborar estudos, emitir pareceres e propor políticas específicas no âmbito de sua competência, submetendo suas conclusões à apreciação e deliberação da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.  
§2º - O Presidente, o relator e demais membros das Câmaras Setoriais serão escolhidos internamente pelos respectivos membros.  
§3º - A área de abrangência, a estrutura organizacional e o funcionamento das câmaras setoriais serão estabelecidos em resolução aprovada em plenária.  
§4º - As Câmaras Setoriais Permanentes terão regimento e calendário próprio e suas conclusões serão registradas em ata para arquivo na Secretaria do Conselho.  
§5º - As Câmaras Setoriais Permanentes reunir-se-ão ordinariamente, 01 (uma) vez por mês.  
§6º - As Câmaras Setoriais reunir-se-ão extraordinariamente sempre que necessário, podendo requerer junto à Presidência a convocação de reunião extraordinária da Plenária do Conselho para deliberação acerca de assuntos urgentes relacionados à sua área de atuação.

**Art. 27** - São 04 (quatro) as Câmaras Setoriais Permanentes, cada qual formada no mínimo de 04 (quatro) Conselheiros, assim designadas:

- I. Câmara Setorial Permanente de Políticas Básicas e Garantias de Direitos;
  - II. Câmara Setorial Permanente de Comunicação, Articulação e Mobilização;
  - III. Câmara Setorial Permanente de Gerenciamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMCA);
  - IV. Câmara Setorial Permanente de Orçamento.
- Parágrafo Único** – As competências de cada Câmara Temática será regida em Lei Municipal e o Regimento será regido por Resolução do CMDCA.

#### CAPÍTULO X DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

**Art. 28** - Compete ao Presidente:

- I- Convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- II- Baixar os atos necessários ao exercício das tarefas administrativas, assim como das que resultarem de deliberações do Conselho;
- III- Representar o Conselho em Juízo ou fora dele, podendo delegar a sua representação;
- IV- Baixar portarias, pareceres e ordens de serviço;
- V- Apresentar a apreciação do Conselho Municipal, planos, programas e projetos, bem como problemas que demandem debates e posteriores decisões;
- VI- Expedir pedidos de informações e consultas às autoridades competentes;
- VII- Assinar correspondências e as Resoluções do Conselho;
- VIII- Divulgar as deliberações do Conselho;
- IX- Ordenar as despesas do FIA, deliberadas pelo Conselho;
- X- Tomar decisões de caráter urgente “ad referendum” do Conselho;
- XI- Assinar convênios e contratos “ad referendum” do Conselho;
- XII- Decidir com seu voto os casos de empate das deliberações do Plenário;
- XIII- Fixar com os demais membros da Diretoria o calendário de reuniões;
- XIV- Fazer cumprir o regimento e exercer outras funções definidas em Lei ou Regulamento.

**Art. 29** - Ao Vice – Presidente:

- I – auxiliar o Presidente;
- II – substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;

**Art. 30** - Compete ao Primeiro Secretário:

- I – secretariar as reuniões, prestando informações e esclarecimentos necessários;
- II – assessorar o Presidente em assuntos pertinentes à diretoria;
- III – organizar, com aprovação do Presidente, a pauta das reuniões;
- IV – tomar as providências administrativas necessárias à convocação, instalação e funcionamento das reuniões do Conselho e da Diretoria;
- V – lavrar as atas das reuniões da diretoria, assinando-as com o Presidente e demais membros;
- VI – lavrar as atas das reuniões do Conselho, assinando-as com os demais membros;
- VII – assinar, juntamente com o Presidente, os pareceres, deliberações, portarias e ordens de serviço;
- VIII – executar outras tarefas correlatas, determinadas pelo Presidente;
- IX – substituir o Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos;

**Art. 31** - Compete ao Segundo Secretário:

- I – auxiliar o 1º Secretário;
- II – substituir o 1º secretário nas suas faltas ou impedimentos.

#### CAPÍTULO XI DAS REUNIÕES DO PLENÁRIO OU DAS SESSÕES

**Art. 32** - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo uma vez por mês e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas) e com pauta definida.  
§ 1º. As reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão realizadas, na segunda sexta-feira do mês, de 8:15hs às 10:15hs, nas dependências da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social ou local designado e apropriado pelo(a) Gestor (a) da política de assistência social, garantindo-se ampla publicidade e comunicação formal ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e da Juventude;  
§ 2º. As reuniões serão instaladas em primeira convocação com a presença absoluta dos Conselheiros e, em seguida, após 10 (dez) minutos, com a presença da maioria simples dos conselheiros;  
§ 3º. As decisões do Conselho serão aprovadas mediante maioria simples dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate;  
§ 4º. As deliberações do Conselho serão tomadas através das resoluções, portarias, pareceres ou indicações;  
§ 5º. A matéria a ser examinada pelo Conselho será apresentada pelo Conselheiro que a tiver relatado em nível de Comissão;  
§ 6º. Poderão ser ouvidos, por força de interesse público, e a critério do Conselho, para subsidiar as suas decisões, mas sem direito a voto:

- a) os conselheiros suplentes, quando presentes os titulares;
- b) representantes da comunidade;
- c) especialistas em educação, saúde, previdência, serviço social, trabalho, segurança;
- d) representantes de classe devidamente credenciados;
- e) representantes de entidades devidamente constituídos e registrado no CMDCA.

§ 7º. Antes do encerramento da discussão de qualquer matéria, poderá ser concedida vista ao Conselheiro que solicitar, ficando este obrigado a apresentar seu parecer por escrito na sessão seguinte, quando será decidida a matéria em questão.  
§ 8º. Durante a discussão da matéria, poderão ser apresentadas, por escrito, emendas e subemendas.  
§ 9º. A votação, a critério do Presidente, ou plenário, será nominal ou por escrutínio secreto.  
§ 10º. Quando a decisão da reunião for divergente ou contrária ao parecer do relator, o Presidente designará outro conselheiro para relatar a matéria, determinado o prazo para a sua apresentação.  
§ 11º. Qualquer Conselheiro titular presente à votação poderá abster-se dela, mediante justificção.  
§ 12º. Da decisão do Conselho cabe o pedido de reconsideração, sem efeito suspensivo, no prazo de 03 (três) dias, formulado pela parte interessada e dirigido ao Presidente do Conselho, que levará novamente ao plenário.

**Art. 33** - As reuniões (de plenário) obedecerão à seguinte ordem:

- I. - Abertura;
  - II. -Apreciação da Ata de Reunião anterior;
  - III. -Leitura de correspondência e comunicações, registro de fatos e apresentação de proposições;
  - IV. -Discussão e votação da matéria em pauta;
  - V. -Encerramento.
- Parágrafo Único** – Não será objeto de discussão ou votação, matéria que não conste na pauta, salvo decisão em maioria simples dos membros presentes, hipóteses em que a matéria entrará após a conclusão dos trabalhos programados para a sessão.

**Art. 34**- Os relatórios e pareceres devem ser elaborados por escrito e



Órgão Oficial do Município

Dia 01 de Março de 2019  
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano XIII

Nº 1609



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO  
ESTADO DE MINAS GERAIS



RESOLUÇÃO CMDCA Nº 81 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO  
CMDCA MONTE CARMELO/MG.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme reunião deliberativa extraordinária do dia 22 de fevereiro de 2019 com os membros do CMDCA, versando sobre seu Regimento Interno, conforme prevê a Lei Municipal 1477 de 12 de setembro de 2018.

#### CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

**Art. 1º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações de governo, notadamente das políticas de atendimento em nível municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, apenas para fins de suporte técnico e administrativo, observado a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/90 e do artigo 204, inciso II c/c artigo 227, §7º, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 1477, de 12 de setembro de 2018.

**Art. 2º.** No município haverá um único Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto paritariamente de representantes do governo e da sociedade civil organizada, garantindo-se a participação popular no processo de discussão, deliberação e controle da política de atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas, socioeducativas e destinadas aos pais ou responsável, previstas nos artigos 87, 101, 112 e 129, da Lei Federal nº 8069/90.

**Art. 3º.** – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem como finalidade assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a alimentação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade, a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão.

**Art. 4º.** A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada em qualquer hipótese.

#### CAPÍTULO II DA ESTRUTURA NECESSÁRIA AO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS

**Art. 5º.** Cabe à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social fornecer recursos humanos, estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica que não onere, em qualquer hipótese, o Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA.

§1º. A dotação orçamentária a que se refere o *caput* deste artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive despesas com a capacitação continuada dos respectivos conselheiros.  
§2º. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá contar com espaço físico, mobiliário e equipamentos, adequados ao seu pleno funcionamento, cuja localização deverá ser amplamente divulgada à sociedade civil.  
§3º. A Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social manterá uma secretaria executiva, destinada ao suporte administrativo necessário ao

seu funcionamento, que deverá ser composta por um servidor público municipal de carreira, com nível escolar mínimo em graduação do ensino médio.

#### CAPÍTULO III DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS DELIBERATIVOS

**Art. 6º.** Os atos deliberativos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser publicados na imprensa local ou no átrio da Prefeitura, seguindo as mesmas regras de publicação pertinentes aos demais atos solenes do Poder Executivo.

**Parágrafo único** - Todas as reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como todas as reuniões das comissões temáticas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser registradas em ata, em livro próprio, com numeração contínua, destacando-se que todas as deliberações deverão ser públicas e nominais, em prestígio ao princípio da publicidade e da moralidade administrativa.

#### CAPÍTULO IV DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

**Art. 7º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 08 (oito) membros titulares e 08 (oito) membros suplentes, na seguinte conformidade:

- I – Representantes do Poder Público, a seguir especificados:
  - a) um membro titular e um membro suplente da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;
  - b) um membro titular e um membro suplente da Secretaria Municipal de Educação;
  - c) um membro titular e um membro suplente da Secretaria Municipal de Saúde;
  - d) um membro titular e um membro suplente da Secretaria Municipal de Fazenda.

II – 04 (quatro) membros titulares e 04 (quatro) suplentes de entidades não governamentais representativas da sociedade civil, sindicatos, entidades sociais, organizações profissionais, entidades representativas do pensamento científico, religioso e filosófico e outros nessa linha, tais como movimentos sociais.

§1º. Os conselheiros representantes do Poder Público serão escolhidos entre os ocupantes da função de Secretário Municipal da pasta e servidores públicos municipais de carreira, vinculados à cada uma das secretarias elencadas nos incisos de “a” a “d”, com poder de decisão no âmbito de seu órgão e identificação com a questão, e estará condicionado à manifestação expressa contida no ato designatório da autoridade competente.  
§2º. Os representantes de organizações da sociedade civil serão escolhidos pelo voto das entidades e dos movimentos representativos da sociedade, com sede no município, reunidas em assembleia convocada pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante edital publicado na imprensa ou no átrio da Prefeitura, e amplamente divulgado no Município.  
§3º. Os movimentos populares deverão estar inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as entidades não governamentais representativas da sociedade civil, os sindicatos, as entidades sociais de atendimento a crianças e adolescentes, as organizações profissionais interessadas, as entidades representativas do pensamento científico, religioso e filosófico deverão preencher os seguintes requisitos:

- I – estarem legalmente constituídas e em regular funcionamento há pelo menos 02 (dois) anos;
- II – estarem prestando assistência em caráter continuado e atuando na defesa da população infanto-juvenil do Município ou vinculado a setores sociais estratégicos da economia e comércio local cuja incidência político-social propicie o fortalecimento do posicionamento do segundo setor na defesa direta ou indireta dos direitos da criança e do adolescente;
- III – atuar no âmbito territorial do município.
- IV – ter em seus quadros pessoas idôneas.

§4º. O mandato no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente pertencerá à organização da sociedade civil eleita, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante. A organização da

sociedade civil que se candidatar ao cargo de conselheiro de direitos deverá, no momento da inscrição de sua candidatura, indicar o membro que a representará.

**§5º.** Serão eleitas como titulares as quatro entidades da sociedade civil com maior número de votos obtidos na assembleia de eleição. As demais entidades, por ordem de votação, irão compor o rol dos suplentes. Havendo empate na votação, será considerada eleita a entidade que apresentar maior tempo de atuação na área da Infância e Adolescência.

**§6º.** A nomeação dos membros não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente far-se-á pelo Prefeito Municipal, até 30 (trinta) dias da promulgação do resultado da assembleia de entidades, obedecidos os critérios de escolha previstos nesta Lei, antes da posse, sob pena de responsabilidade, devendo ser publicado os nomes das organizações da sociedade civil e dos seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes.

#### CAPÍTULO V DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS DOS DIREITOS NÃO GOVERNAMENTAIS

**Art. 8º.** A eleição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representantes da sociedade civil, dar-se-á por escrutínio secreto, podendo cada entidade ou movimento social indicar e inscrever para a assembleia de votação quatro delegados.

**Parágrafo único** – É vedado ao cidadão representar mais de uma entidade ou movimento social junto à assembleia não governamental.

**Art. 9º.** A assembleia das entidades e movimentos da sociedade civil, para eleição do novo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será convocada ordinariamente pelo presidente do CMDCA vigente, no prazo máximo de sessenta e no mínimo de trinta dias antecedentes ao término do seu mandato, observando a publicação do ato e os seguintes procedimentos:

I - instauração pelo Conselho do referido processo, até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato;
II - designação de uma comissão eleitoral composta por conselheiros representantes da sociedade civil para organizar e realizar o processo eleitoral;
III - convocação de assembleia para deliberar exclusivamente sobre a escolha.

**Art. 10.** O Edital de convocação da assembleia das entidades e movimentos da sociedade civil conterá o rol de entidades e movimentos sociais habilitados a participar do pleito.

**Parágrafo único** – As entidades da sociedade civil e os movimentos sociais que preencherem os requisitos dispostos no artigo 10, §3º, desta Lei, não incluídas no rol daquelas publicadas no edital convocatório, poderão se inscrever no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de quinze dias, a contar da data da publicação do referido edital.

**Art. 11.** O quórum para realização da assembleia, em primeira convocação, será de 1/2 (metade) de representantes das entidades arroladas no edital de convocação, e em segunda convocação, será de 1/3 (um terço) representantes de entidades.

**Art. 12.** Após a segunda convocação, não havendo o número mínimo de 1/3 (um terço) dos representantes, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente abrirá e encerrará os trabalhos, com o registro em ata da falta de quórum, devendo repetir imediatamente e reiniciar o processo para nova convocação.

**Art. 13.** A assembleia das entidades e movimentos da sociedade civil será presidida por um membro não governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação e indicação do órgão, e de igual maneira serão indicados um secretário e dois fiscais escrutinadores dentre os participantes da assembleia.

**Art. 14.** Caberá ao membro-secretário registrar, no Livro de Ata da Assembleia, os trabalhos ali efetuados e recolher a assinatura de todos os presentes.

#### SEÇÃO I DOS REQUISITOS PARA SER CONSELHEIRO DOS DIREITOS NÃO GOVERNAMENTAIS

**Art. 15.** Para candidatar-se a membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão observados os seguintes requisitos:

I – reconhecida idoneidade moral, comprovada por certidão de antecedentes criminais e cíveis extraídas perante a Justiça Estadual;

II – possuir capacidade civil plena;

III – residir no município há mais de dois anos;

IV – estar em gozo de seus direitos políticos, comprovado por certidão expedida pelo Cartório Eleitoral local.

**Parágrafo único**– O candidato deverá comprovar o trabalho ou o voluntariado na entidade ou movimento não governamental pelo qual concorrer.

#### CAPÍTULO VI DA SUBSTITUIÇÃO DE SEUS MEMBROS

**Art. 16.** Os membros suplentes somente poderão substituir os membros titulares provisoriamente em caso de comprovada impossibilidade destes últimos comparecerem nas reuniões ordinárias e extraordinárias, devendo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sempre constar em ata essas substituições ocorridas, anexando o documento comprobatório da ausência provisória do membro titular.

**§1º.** Os membros titulares deverão comunicar ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com antecedência mínima de três dias, por meio de carta protocolada na Secretaria Executiva do Conselho, para efeito de convocação do membro suplente participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, sob pena de configurar falta injustificada, ressalvadas as situações de força maior e caso fortuito.

**§2º.** Os membros suplentes, representantes da sociedade civil, por ordem de maior número de votos, assumirão automaticamente a qualidade de membro titular quando os membros titulares definitivamente se afastarem do mandato.

**§3º.** A substituição dos membros titulares ou suplentes, representantes da sociedade civil ou do Poder Público municipal, quando desejada pelas organizações das entidades civis ou órgão público, respectivamente, deverá ser solicitada por carta, com apresentação de justificativa a ser apreciada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, por maioria, poderá vetar a substituição, em votação pública.

**§4º.** A substituição dos membros titulares ou suplentes, representantes da sociedade civil ou do Poder Público municipal, quando desejada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá ser solicitada por carta, com apresentação de justificativa a ser apreciada pelas organizações das entidades civis ou pelo Prefeito Municipal, que poderão vetar a substituição, por votação em reunião extraordinária, ou por ato solene, respectivamente.

**§5º.** No caso do afastamento provisório ou definitivo do membro titular, o membro suplente terá direito a voz e voto nas deliberações ordinárias e extraordinárias.

**§6º.** Qualquer cidadão e o membro suplente, mesmo com a presença do respectivo membro titular, terá assegurado o direito a voz nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**§7º.** Os conselheiros representantes da sociedade civil e os representantes governamentais exercerão **mandato de dois anos**, sendo vedada a recondução automática. Admite – se a recondução por uma vez e por igual período, desde que se proceda a todo processo de indicação e escolha de conselheiros, constituindo-se novo mandato.

**Art. 17.** O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instalará extraordinariamente a assembleia da sociedade civil para analisar e deliberar na hipótese descrita no art. 16º, §§ 10º e 11º, desta Lei.

#### CAPÍTULO VII DOS IMPEDIMENTOS E DA CASSAÇÃO DO MANDATO

**Art. 18.** Não deverão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do seu funcionamento:

**I** – representantes de órgãos de outras esferas governamentais;

**II** - representantes que exerçam simultaneamente cargo ou função comissionada de órgão governamental e de direção em organização da sociedade civil;

**III** – conselheiros tutelares no exercício da função;

**IV** - conselhos de políticas públicas;

**Parágrafo único** – Também não comporá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do disposto neste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou em exercício na Comarca, foro regional ou federal.

**Art. 19.** Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderão ter seus mandatos cassados quando:

**a)** for constatada a reiteração de faltas injustificadas às sessões deliberativas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo considerada reiteração 05 (cinco) faltas consecutivas ou 07 (sete) faltas alternadas no curso de cada ano do mandato;

**b)** for determinada a suspensão cautelar de dirigente da entidade, de conformidade com o art. 191, parágrafo único, da Lei Federal nº

8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97, da referida Lei 1477/2018, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos arts. 191 a 193, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**c)** for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a Administração Pública, estabelecidos na Lei Federal nº 8.429/92.

**§1º.** A cassação do mandato dos representantes do governo e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de processo administrativo específico, definido no Regime Interno, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, devendo a decisão ser pública e tomada por maioria de votos dos integrantes do Conselho.

**§2º.** Caso seja determinada a cassação de conselheiro municipal, o presidente do Conselho dos Direitos encaminhará a notícia, sob pena de responsabilidade, no prazo de quarenta e oito horas, por meio de ofício ao Ministério Público para tome as providências que julgar cabíveis no que tange à responsabilização civil ou criminal do agente.

**§3º.** A partir da publicação do ato deliberativo de cassação do mandato de conselheiro dos direitos, o membro representante do governo ou da sociedade civil estará impedido de desempenhar as funções típicas do mandato, devendo o membro suplente imediatamente assumir o mandato, após ser devidamente notificado pelo Presidente do Conselho dos Direitos.

#### CAPÍTULO VIII DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Art. 20.** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

**I** – zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente pelos mais diversos setores da administração, conforme o previsto no art. 4º, *caput* e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90, e no art.227, *caput*, da Constituição Federal;
**II** – formular políticas públicas municipais voltadas à plena efetivação dos direitos da criança e do adolescente nos mais diversos setores da administração, por meio de Planos de Ações Plurianuais e Anuais Municipais de Atendimento à Criança e ao Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução no município;
**III** – deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se referem os incisos II, III e IV do artigo 2º desta Lei, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento, em consonância com o Plano de Ação Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente;
**IV** – elaborar o seu regimento interno e apreciar o regimento interno do Conselho Tutelar, sugerindo, neste caso, as modificações que entender pertinentes;
**V** – propor modificações nas estruturas das secretarias e órgãos da administração ligados à promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos da criança e do adolescente, visando otimizar e priorizar o atendimento da população infanto-juvenil, conforme previsto no art, 4º, parágrafo único, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.069/90;

**VI** – participar e opinar na elaboração do orçamento municipal na parte objeto desta Lei, acompanhando toda a tramitação do processo orçamentário plurianual e anual, podendo realizar incidência política perante os Poderes Executivo e Legislativo para a concretização de suas deliberações consignadas no Plano de Ação Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente;

**VII** – realizar a cada biênio diagnóstico da situação da população infanto-juvenil no município;

**VIII** – proceder à inscrição de programas de proteção e socioeducativos de entidades governamentais e não governamentais de atendimento, em observância ao disposto no artigo 90, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/90;

**IX**– proceder, nos termos do artigo 91 e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/90, ao registro de entidades não-governamentais de atendimento;

**X** – fixar critérios de utilização de recursos, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;

**XI** – deliberar o Plano Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, e enviá-lo juntamente com o Plano Anual de Ação Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente ao chefe do Poder Executivo municipal, para que sejam inseridos na proposta de Lei Orçamentária Anual, observados os prazos determinados na Lei Orgânica municipal;

**XII** – examinar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA;

**XIII** – solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, informações necessárias ao acompanhamento das atividades subsidiadas com

recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
**XIV** – convocar a assembleia de representantes da sociedade civil para escolha dos conselheiros dos direitos não governamentais;

**XV** – deliberar, por meio de resolução, sobre o processo de eleição dos conselheiros tutelares e acompanhar todo o pleito eleitoral, sob a fiscalização do Ministério Público estadual;

**XVI** – acompanhar, fiscalizar e avaliar permanentemente a atuação dos conselheiros tutelares, sobretudo para verificar o cumprimento integral dos seus objetivos institucionais, respeitada a autonomia funcional do órgão;

**XVII** – mobilizar os diversos segmentos da sociedade civil para a participação das suas reuniões ordinárias e extraordinárias, bem assim no processo de elaboração e no controle da execução do orçamento e na destinação dos recursos captados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**XVIII** – encaminhar ao chefe do Poder Executivo, no prazo máximo de

quarenta e oito horas, sob pena de responsabilidade, depois de encerrado o processo de escolha dos conselheiros dos direitos não governamentais, a relação dos eleitos para serem nomeados e empossados, visando a continuidade da atividade do órgão colegiado;

**XIX**– acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária, tomando as medidas administrativas e judiciais que se fizerem necessárias para assegurar que a execução do orçamento observe o princípio constitucional da democracia participativa e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

**XX** – articular a rede municipal de proteção dos direitos da criança e do adolescente, promovendo a integração operacional de todos os órgãos, autoridades, instituições e entidades que atuem direta ou indiretamente no atendimento e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

#### CAPÍTULO IX DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Art. 21.** São órgãos do Conselho:

I- Plenário;
II- Diretoria Executiva;
III- Comissões;

#### SEÇÃO I DO PLENÁRIO

**Art. 22.** O Plenário será composto pelos membros a que se refere o art. nº 20.

**§1º** As alterações do Regimento Interno só poderão ser realizadas por deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

#### SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Art. 23.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possuirá uma mesa diretora composta por quatro membros, sendo um **presidente, um vice-presidente, um primeiro-secretário e um segundo-secretário**, cuja alternância deverá respeitar a paridade em seus assentos a cada gestão de mandato, de modo que sempre que a presidência for representada por membro da sociedade civil, a primeira-secretaria será representada obrigatoriamente por um membro do Poder Público, e o contrário de maneira recíproca.

**§1º**- A eleição dar-se-á através de chapas inscritas em sessão convocada para tal fim ou por inscrições individualizadas, por voto secreto ou por aclamação;

**§2º** - A Diretoria terá mandato de 2 (dois) anos, permitida reeleição;

**§3º** - Vagando qualquer cargo na Diretoria, será este preenchido através da substituição na ordem de sua composição.

#### SEÇÃO III DAS COMISSÕES

**Art. 24** - As comissões são órgãos delegados e auxiliaadores do Conselho, a quem compete verificar, vistoriar, fiscalizar, opinar e emitir parecer sobre as matérias que forem distribuídas;

**§1º** - Serão criadas tantas comissões quantas forem necessárias, através de portarias assinadas pelo Presidente e referendadas pelo Conselho;

**§2º** - A portaria estabelecerá composição e competência;

**§3º** - O encerramento das atividades de Comissão implicará na sua extinção, o que se fará através de portaria.

**Art. 25** – As comissões serão compostas de um Presidente, que será um Conselheiro Titular, de um relator e membros que emitirão parecer sobre as matérias que lhe forem distribuídas.

**§1º** - As comissões serão formadas:

**I** - por Conselheiros;

**II** - por pessoal técnico da Secretaria Executiva do Conselho ou requisitado das Secretarias Municipais;